



Mães de Maio pedem, há 13 anos, justiça para filhos vítimas de onda de crimes

Grupo luta para que o Estado esclareça as mortes de jovens nas periferias das cidades da região.

Por Eduardo Valim, Leticia Gomes e Thaís Prado*

18/05/2019 06h37 - Atualizado há um dia



Mães de Maio fazem protesto durante lançamento do livro 'Memorial dos Nossos Filhos Vivos', na Faculdade de Direito da USP — Foto: Leticia Gomes/Arquivo Pessoal

“Eles mexeram com a minha alma, e essa ferida não cicatriza nunca”, desabafa Ilza Maria de Jesus Soares, 60 anos. Ela teve o filho morto durante a onda de assassinatos que ocorreu em maio de 2006, nas periferias da Baixada Santista.



Na época, entre os dias 12 e 21, ataques promovidos por agentes do Estado e integrantes de uma facção criminosa resultaram em 564 mortes em todo o estado de São Paulo, 74 somente na Baixada Santista, e mais uma centena de feridos, entre eles civis e policiais. Pesquisadores apontam que a ação fazia parte de uma vingança dos agentes de segurança do Estado contra os crimes da facção criminosa.

Desde então, Ilza, assim como outras integrantes do movimento Mães de Maio, formado por parentes das vítimas que apontam policiais como autores dos crimes, estão à espera de respostas e justiça. 'Mães', pois 63% do total de vítimas da época têm até 25 anos.

Thiago Roberto, filho de Ilza, foi morto em um fliperama no bairro Areia Branca, em Santos, onde estava com outros jovens. Um dos sobreviventes, primo de Thiago, diz que só conseguiu ver que os assassinos usavam botas.

Ilza Soares conta que, no dia, homens encapuzados passaram atirando. Seu filho foi atingido e não teve um resgate apropriado. Ele foi levado por alguém que passava pelo local, e chegou sem vida no hospital. Os parentes só souberam o que tinha acontecido com o rapaz depois de horas.

Para a mãe, o choque foi tão grande que ela sequer conseguiu reconhecer o corpo do filho. "Antes de sair, ele disse para não trancar a porta, porque estava sem chave. Estou esperando até hoje meu filho chegar".

Depois de dez meses da morte de Thiago, Ilza conheceu Débora Maria da Silva, coordenadora e uma das idealizadoras do Mães de Maio. Foi quando passou a exigir explicações das autoridades. Junto com outras mães do movimento, conseguiu apoio jurídico, em busca de reconhecimento do Estado e da verdade sobre as mortes.

Desde que tomou essa iniciativa, Ilza Soares diz ter sofrido muita hostilidade. "Falamos que somos mães de ladrão. Xingam, somos muito insultadas. Não sabem quem eram nossos filhos". Ela diz ter recebido ofensas até de uma promotora.

"Uma mãe espera que o filho a entere. A gente não imagina enterrar um filho. Ainda mais quando era jovem, faltando um mês e três dias pra fazer 20 anos, cheio de planos", lamenta. Ela afirma que, 13 anos depois, a dor ainda é presente.

Em defesa da memória dos mortos, as Mães de Maio lançaram na última quinta-feira (16), na Capital, o livro 'Memorial dos Nossos Filhos Vivos', contendo 23 relatos. São as histórias dos jovens que morreram por conta dos ataques, tanto na Baixada Santista quanto em outros lugares do Brasil.



O livro 'Memorial dos Nossos Filhos Vivos' traz o depoimento de Ilza Soares sobre Thiago, que morreu durante os tiroteios, em 2006 — Foto: Letícia Gomes/Arquivo Pessoal

O dia que não terminou

No dia 15 de maio de 2006, a cabeleireira Maria Sônia Lins fez um prato a pedido do filho, o pizzaiolo Wagner Lins dos Santos, de 22 anos. Ele morava com o pai, mas foi visitar a mãe, em São Vicente, naquele dia. Ela conta que o rapaz estava inquieto em casa, e saiu para encontrar o primo, que morava na Zona Noroeste, em Santos. No caminho, os dois jovens foram atingidos pelos disparos. Wagner levou seis tiros no abdômen, e não resistiu aos ferimentos.

Naquela noite, quando recebeu o telefonema com a notícia trágica, Maria Sônia diz que pressentiu o que tinha acontecido. "Quando o telefone tocou, eu já sabia que alguma coisa tinha acontecido. Senti uma força tão grande saindo de mim, era como se estivesse morrendo", conta. Foi difícil, para ela, abandonar o luto, mesmo com os outros filhos. "Aquele dia não passou, está sempre comigo. Todo dia é aquele dia".

Demorou dois anos para que Maria Sônia entrasse para o Mães de Maio. Depois de uma palestra com Débora Silva, na escola onde o sobrinho estudava, elas trocaram contatos. É assim que, desde 2008, a mãe de Wagner clama por justiça em viagens por todo o Brasil e no exterior. Depois de mais de dez anos no movimento, ela declara que é uma luta constante, e que lembrar da morte do filho é necessário, mas doloroso.

"Para mim, o movimento é luta que não acaba, é justiça que não vem. O Estado não tem o menor interesse pelo que aconteceu, porque são filhos de pessoas da periferia, e pobre não interessa pra nenhum governante", acusa Maria Sônia.



Débora Silva, coordenadora do grupo Mães de Maio, fala durante o lançamento do livro: falta reconhecimento do Estado — Foto: Letícia Gomes/Arquivo Pessoal

Busca por justiça

"A gente não teve avanço na justiça", afirma Débora Silva, 59 anos. Sua história não é muito diferente das outras mães que fazem parte do movimento que ajudou a criar. Foi por meio de um programa de rádio que ela descobriu, naquele Dia das Mães de 2006, que seu filho, o gari Edson Rogério Silva dos Santos, tinha sido morto no caminho para uma farmácia, no Morro da Nova Cintra.

A tragédia fez Débora entrar em depressão. Deixou de se alimentar, e precisou ser internada. Ela conta que a coragem de procurar outras mães que tinham passado pela mesma situação, em busca de justiça, só veio depois de uma visão que diz ter tido de Edson, enquanto estava no hospital. "Eu estava afundada naquela cama, quase partindo, quando ouvi meu filho falando 'mãe, reage, eu não volto mais, você tem que lutar pelos meus irmãos, reage mãe, reage'". Depois desse dia, começou a buscar o apoio de outras pessoas que passaram pelo mesmo drama.

"Assim que saí do hospital, comecei minha busca. Encontrei outras três mães de vítimas da Baixada Santista", relembra Débora. As quatro começaram, então, o grupo Mães de Maio. Desde então, duas das fundadoras morreram. A depressão foi um dos principais motivos.

Mesmo assim, com o tempo, o grupo aumentou e ganhou espaço. Recebeu a Medalha Braz Cubas, da Câmara de Santos, e o reconhecimento da Universidade de Chicago.

Uma das conquistas mais importantes foi a aprovação da Lei 15.505/2014, que instituiu a Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violência no Estado de São Paulo. A homenagem, que acontece todos os anos, entres os dias 12 e 19 de maio, foi efeito direto da luta do grupo de mães.

Apesar do apoio de várias instituições e da Assembleia Legislativa, para Débora Silva, falta o reconhecimento do Estado. "Quanto aos culpados e suspeitos, nada mudou, nada foi feito", afirma.



Participantes e apoiadores das Mães de Maio fazem manifestação em favor das vítimas, no Largo São Francisco — Foto: Leticia Gomes/Arquivo Pessoal

Ação judicial

A maior conquista judicial do grupo veio no ano passado, com uma ação judicial movida pelo Ministério Público. O promotor Eduardo Valério, que assinou a petição, diz que uma das reivindicações é a admissão de que houve ação criminosa articulada/organizada. A partir daí a ação pede tratamento psicológico para as mães e familiares das vítimas, indenizações individuais e coletivas, por dano social, e disponibilização da versão das mães em vídeos e textos nas páginas eletrônicas do Governo do Estado, entre outras medidas.

Valério reconhece que, além da ação, falta muito mais. "A única diferença é que mudou o patamar. O que era antes uma reivindicação política de um movimento social forte, como o Mães de Maio, agora passa a ser objeto de uma ação judicial proposta por um órgão do Estado, que é o Ministério Público. Mas ainda não houve um reconhecimento".

**Sob supervisão de Alexandre Lopes.*
